



IDeIAS

Informação sobre *Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*

Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann (3)

Sayaka Funada-Classen¹

1. Introdução

Neste último artigo, examinaremos os últimos dois "mitos do ProSAVANA (*Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical em Moçambique*)" determinados por Natália Fingermann no Boletim IDeIAS (2013)²: (2) "o ProSAVANA vai usurpar terras aos pequenos agricultores"; e (3) "há conflitos entre Agronegócio e pequenos agricultores". E finalizamos as nossas análises, trazendo a questão da "investigação responsável" para a discussão do ProSAVANA, com base nas discussões da academia no Japão pós-Fukushima, e por Ruth First no fim deste artigo.

2. EXAMINANDO "MITO-2 O PROSAVANA VAI USURPAR TERRAS AOS PEQUENOS AGRICULTORES"

Já examinámos a primeira razão que Fingermann deu sobre o "mito 2" no outro artigo (2). Aqui analisamos a segunda e terceira razão: (b) "o PD (*Plano Director* do ProSAVANA) não faz parte de um plano maior de concessão de terras destinadas ao Brasil"; e (c) "o Fundo de Nacala não tem qualquer ligação com o ProSAVANA".

2-1. "O PD não faz parte de um plano maior de concessão de terras destinadas ao Brasil"?

É interessante ver que Fingermann especificamente colocou o "PD" como o sujeito desta frase, (b). Mas, tanto académicos como sociedade civil não limitaram as suas discussões sobre a entrada do agronegócio brasileiro através do ProSAVANA exclusivamente ao "PD". Embora Fingermann o ignore, inúmeros conterrâneos seus visitaram a área alvo do ProSAVANA com a clara intenção de adquirir

terras desde que foi assinado o acordo. O caso mais conhecido são as observações de Luiz Nishimori, um deputado e o chefe da delegação do ProSAVANA do Brasil que veio a Moçambique em Abril de 2012 (*Nikkei*, 1 Maio, 2012³). Ele mencionou claramente que o ProSAVANA se destina a assegurar terras para os brasileiros fazerem agricultura de grande escala (TV Camara, 24 Junho, 2012⁴). Ele não é o único brasileiro que vê no ProSAVANA uma oportunidade para a aquisição de terras (*Reuters*, 15 Ago., 2011⁵). Como Fingermann explica estas intenções abertamente mostradas?

2-2. "O Fundo de Nacala não tem qualquer ligação com o ProSAVANA"?

Fingermann afirma (c), baseando-se nas suas entrevistas. Então porque o Relatório nº 2 menciona que "o Fundo de Nacala é um dos 33 projectos que compõe (...) e dos projectos prioritários para o PD"(3-2;7)? Mais, embora ela não o tenha de todo mencionado no seu artigo, existe uma ligação óbvia e directa entre o ProSAVANA e o Fundo de Nacala. O único consultor do ProSAVANA-PD contratado pela parte brasileira e "iniciador independente do Fundo de Nacala (Fingermann, 2013" são a mesma instituição, a FGV (*Fundação Getúlio Vargas*). Giuliano Senatore, do FGV-Projetos, um chefe de equipa brasileira da preparação para o PD e um seu membro, foram quem fizeram a apresentação sobre o ProSAVANA e o Fundo de Nacala durante a conferência internacional em Novembro de 2012⁶. Porquê as mesmas pessoas, da mesma instituição, trabalham com e falam sobre o ProSAVANA e o Fundo de Nacala?

A FGV é uma instituição brasileira de pesquisa, educacional e de negócios, e que se diz ser o

"principal autor do Relatório nº 2"⁷, cujo objectivo foi escrito como sendo para "atrair investimentos de desenvolvimento agrícola de grande escala"(3-2;7). Os investigadores do Future Agriculture Consortium também colocam uma questão emergente: "como é que o envolvimento da FGV na componente de cooperação técnica do ProSAVANA se relaciona com o seu envolvimento numa iniciativa privada paralela de mobilização de investimento directo estrangeiro na região de Nacala [através do Fundo de Nacala]?" (Cabral & Shankland, 2013: 15⁸).

Porque as pessoas que estão a desenhar o *blueprint* para o futuro do norte de Moçambique estão também a recolher enormes quantidades de fundos globais para investimento na mesma região? Como a FGV-Projetos pode assegurar-se transparente e responsável para servir aos interesses do povo e priorizar o meio-ambiente e simultaneamente dos clientes deles (investigadores) do Fundo? Pelo que temos observado na análise detalhada do Relatório nº 2 escrito pela FGV-Projetos a intenção de priorizar e servir os interesses das companhias é bem clara, enquanto o entusiasmo para protecção dos direitos dos locais é demasiado fraco onde a rápida aquisição e conflitos de terra é uma forte tendência (Land Matrix, 2013; Human Rights Watch, 2013⁹), este papel "duplo" e "paralelo" da FGV-Projetos no ProSAVANA e no Fundo de Nacala não coloca problemas sérios para assegurar transparência e responsabilidade e contradizer o objetivo do ProSAVANA recentemente dito pelos líderes dos três governos, que "[o ProSAVANA se destina a] apoiar os pequenos agricultores locais"?

1. Professora Associada na Tokyo University of Foreign Studies (TUFS).

2. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf

3. Nishimori disse, "Eu vou apoiar os brasileiros que queiram vir e "colonizar (gerir fazendas) aqui" na entrevista.

4. <http://farmlandgrab.org/post/view/21652>

5. <http://www.reuters.com/article/2011/08/15/grains-brazil-mozambique-idAFN1E77E05H20110815>

6. Até puseram mesmo o logo da JICA para explicar o Fundo de Nacala. http://www.g15.org/Renewable_Energies/J2-06-11-2012%5CPRESENTATION_DAKAR-06-11-2012.pptx

7. Acordo com os oficiais da Embaixada Japonesa em Moçambique (Julho, 2013).

8. "Narratives of Brazil-Africa Cooperation for Agricultural Development".

9. <http://www.landmatrix.org>; HRW "What is a House without Food?"

3. "Mito 3 – Há conflitos entre o agronegócio e os pequenos agricultores"

O último "mito" tratado por Fingermann é a questão sobre: (a) se haverá ou não conflitos de terras; e (b) há mais do que um conflito desses na área do Corredor de Nacala. A sua resposta para (a) é que "não se pode dizer se haverá conflitos de terras relacionados com o ProSAVANA" dado que "ainda não chegou a hora". Perguntamo-nos porque haveríamos de esperar para confirmar se estes conflitos tiveram realmente lugar quando simultaneamente o Relatório nº 2 indica a existência de tais conflitos? Como vimos, a possibilidade de "reassentamentos involuntários" está listada e identificada em 6 PRIs (*Projectos de Rápido Impacto*) (4-60).

3-1. "Apenas um caso de conflito de terras na região?"

Fingermann escreveu que só tem conhecimento de um caso de tal conflito na região, o caso da Matanusca, Nampula. Apesar de não reconhecer a sua existência, os conflitos de terras causados por agronegócios e investimentos estão a expandir-se em todo Moçambique. Um dos casos mais famosos localiza-se na área alvo do ProSAVANA, o caso da Hoyo Hoyo ocorrido em Lioma, no Distrito de Gurué, Zambézia. Este caso foi referido em primeira mão por Hanlon e Smart (2012)¹⁰, e a IPS deu-lhe seguimento num artigo recente (*IPS*, 25 Fev., 2013¹¹).

A Hoyo Hoyo, ou Quifel (nome oficial), obteve 10,000 ha da antiga Machamba Estatal de Lioma, que fora abandonada pelo governo durante a guerra, e que após o acordo de paz (1992) os regressados começaram a usá-la. Quando a Hoyo Hoyo apareceu, 836 pequenos agricultores estavam a cultivar 3,500 ha da machamba. A empresa prometeu compensação aos locais, novas terras para trabalhar, mas só cumpriu parte da promessa e não ofereceu as terras prometidas (*ibid.*).

Há muitos outros investimentos de agronegócios para Lioma, mesmo alguns dos actores relacionados com o ProSAVANA. A AgroMoz obteve 10,000 ha de terra para produção de soja em Setembro de 2012. A AgroMoz é propriedade do Grupo Américo Amorim de Portugal, da Inteltec Holdings (dita empresa moçambicana parcialmente controlada pela família do actual Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza) e da Pinesso (um dos maiores produtores de soja no Brasil) (Hanlon & Smart, 2012:7). De acordo com Devlin Kuyek da GRAIN, o Grupo Amorim controla a GALP

Energia, a quem consta que a FGV costuma prestar consultoria para o seu agronegócio (Kuyek, 2013¹²).

Será pura coincidência reparar que os agentes importantes do ProSAVANA estejam listados? Porque estão eles juntos na obtenção de vastas extensões de terra na área alvo do ProSAVANA, um ano após a assinatura do acordo para implementação do programa e no meio da preparação do PD?

3-2. Conflitos de terras observados na área alvo do ProSAVANA

No Relatório nº 2, os conflitos de terras entre agricultores locais e empresas agrárias são mencionados claramente em 4 das 6 zonas (2-26;27). O distrito acima realçado, Lioma, é descrito como tendo "graves conflitos de terras entre os agricultores locais e empresas", mas, mesmo assim, o mesmo relatório refere-se à área como "terras para empresas agrícolas", a zona designada como sendo as empresas os principais produtores (*ibid.*). O mesmo acontece com a Zona VI (noroeste do Niassa), que os actores brasileiros acharam "adequada para a produção de soja em grande escala" (EMBRAPA, *in* JICA, 2010:S-23), de acordo com o Relatório nº 2, onde existem "graves conflitos de terras entre os agricultores locais e as empresas"(2-28), mas propõe entregar a terra a "uma única entidade legal"(3-43).

Tudo isto acontece enquanto Moçambique tem o mesmo governo e uma Lei de Terra que é "pró-camponês". De acordo com Liz Alden Wily (2013) isto não é um fenómeno exclusivo a Moçambique¹³ e muitos estudos comparativos foram feitos para profundar o caso de Moçambique (Theting & Brekke, 2010; FIAN, 2010¹⁴).

Não basta comparar o norte de Moçambique com o PRODECER (*Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados*) e assumir que "não vai haver usurpação de terras porque "o ProSAVANA não é uma réplica do PRODECER". A presente corrida à terra causada por investimentos é um fenómeno à escala global e não há muitas razões para que Moçambique ou o ProSAVANA (ou o Fundo de Nacala) devam ser discutidos separadamente.

De facto, Moçambique é *a priori* um dos principais alvos da corrida global à terra (WB, 2010; UNCWFS-HLPE, 2011¹⁵). Quase metade da transação global de terra acontece em África, e "muita dela em Moçambique e na Etiópia"(BBC, 10 Junho, 2013). Moçambique é listado como o quinto país mais procurado no mundo e foram

obtidos mais de 2 milhões de hectares de terra através de companhias transnacionais (Land Matrix 2013).

Conclusões

Da análise das fontes primárias e secundárias ficou evidente que nenhum dos argumentos de Fingermann é relevante. A maior parte dos seus argumentos baseiam-se em pressupostos e em "entrevistas" com agentes do ProSAVANA.

Estamos num momento crucial de determinação da direcção do ProSAVANA e do PD. O PD deveria estar pronto até Outubro de 2013, sem muitas alterações ao conteúdo do Relatório nº 2, se os relatórios não tivessem sido divulgados pelas OSC e se a sua advocacia não se tivesse intensificado. Pergunto-me porque Fingermann, que listou muitas das mesmas fontes (excepto as japonesas), não as analisou, criando ela mesma "os mitos" e denunciando os que têm estado a lutar pelos direitos do povo e do ambiente.

Fingermann não é uma investigadora qualquer. Ela foi uma "analista de relações dos investidores" no Grupo Mz, a maior companhia de consultoria brasileira¹⁶. Ela estudou com bolsa da FGV, que está a ter um papel "duplo e paralelo" no ProSAVANA e no Fundo de Nacala.

Em África, em Moçambique, as pessoas não são apenas pobres e vulneráveis. Muitas delas são desprovidas. Isso significa que os seus direitos são facilmente tirados e não protegidos quando o poder e os interesses económicos entram em cena. Nessas circunstâncias, o papel dos académicos e da sociedade civil é muito importante e isso ficou provado no caso de Fukushima. Até ao Acidente Nuclear, muitos académicos japoneses preferiam servir os interesses das companhias e do governo para as suas promoções pessoais e ignoravam as suas responsabilidades de contribuir para as prevenções de futuros danos, permitindo que as investigações e discussões necessárias fossem "tabus". Com muitas lágrimas, lamentamos agora a nossa atitude de "esperar para ver", mas já é tarde demais.

Termino este artigo citando Ruth First que contribuiu para a criação da academia em Moçambique. Uso a citação de Castel-Branco, numa conferência do IESE, ao qual parece que Fingermann também está, ou esteve, associada:

"[A Ruth costumava dizer:] a pesquisa é sobre o que não sabemos e sobre o que sabemos. Não comecem pelas "soluções" ou "no que está em falta", mas em "como é a situação actual" e em "porque é assim". A Política e a Economia parecem existir em separado, mas estão sempre ligadas. Continuem a questionar, questionem mesmo o vosso próprio quadro cognitivo".

10. "Soya boom in Gurue has produced few bigger farmers – so far".

11. <http://farmlandgrab.org/post/view/21682>

12. <http://mozambiquekaiatsu.blog.fc2.com/blog-entry-36.html>

13. <http://www.lawanddevelopment2013.org/images/papers/LizAldenWily.pdf>

14. "Land Investments or Land grab?"; "Land grabbing in Kenya and Mozambique".

15. "Land Tenure and International Investments in Agriculture".

16. <http://br.linkedin.com/pub/natalia-fingermann/25/93b/436>